

HABEAS CORPUS 130.717 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : TARCÍSIO LUCIANO CORREA
IMPTE.(S) : ISRAEL VALDES MOSCARDE
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 330646 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**PENAL E PROCESSUAL PENAL.
HABEAS CORPUS IMPETRADO DE
DECISÃO LIMINAR DE MINISTRO DO
STJ. ENUNCIADO N. 691 DA SÚMULA
DO STF. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.
INEXISTÊNCIA DE TERATOLOGIA,
FLAGRANTE ILEGALIDADE OU
ABUSO DE PODER. NEGADO
SEGUIMENTO AO HABEAS COPUS.**

DECISÃO: Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto de decisão de ministro do Superior Tribunal de Justiça cujo teor transcrevo:

“Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de TARCISIO LUCIANO CORREA, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Alega o impetrante que o paciente se encontra preso desde 09 de julho de 2014 pela suposta prática do crime de tráfico de entorpecentes, sendo que, na data de 06/07/2015, a MM Juíza julgou parcialmente procedente a denúncia condenando o paciente como incurso no artigo 33 da Lei n.º 11.343/06 à pena privativa de liberdade de 01 ano e 11 meses e 10 dias de reclusão e 194 dias-multa cada qual no valor mínimo legal a ser cumprida no regime semiaberto (fl. 2).

Assim, defende que está preso há um ano e dez dia, aproximadamente, e que faz jus à conversão da pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos, pois é primário,

HC 130717 / SP

com bons antecedentes, não se dedica a atividades criminosas e não integra organização criminosa, conforme reconhecido na sentença de primeiro grau, além do que o STF já declarou inconstitucional a expressão "vedada a conversão em penas restritivas de direitos", contidas nos artigos 33, § 4º, e 44 da Lei n. 11.343/2006.

Aponta, ainda, que a decisão do Tribunal a quo que indeferiu seu pedido liberatório é carecedora de fundamentação, salientando que a garantia da ordem pública e a conveniência da instrução criminal jamais foram ameaçadas pelo Paciente, sendo que, pelos próprios predicados pessoais do mesmo, é medida de extrema justiça se inferir que nenhum dos requisitos para a custódia preventiva constante do Art. 312 do CPP restam atendidos, razão pela qual há de considerar ilegal a restrição de liberdade do paciente (fl. 13).

Postula, liminarmente, seja o paciente colocado em liberdade com a expedição do alvará de soltura em seu favor (fl. 16).

É o relatório.

Decido.

O Tribunal a quo manteve a prisão cautelar de forma devidamente fundamentada e, por isso, neste momento processual, não se mostra cabível a reforma do decisum, Confira-se, a propósito, o seguinte trecho do acórdão recorrido:

1. O habeas corpus, conforme preceitua o art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal e o art. 647 e seguintes, todos do Código de Processo Penal, é o remédio constitucional previsto para assegurar ao cidadão sua liberdade de locomoção na hipótese de latente constrangimento ilegal ou em sua iminência.

Já a Apelação, prevista no art. 593, I, do Código de Processo Penal, é o recurso cabível para atacar sentenças condenatórias ou absolutórias proferidas pelo Juiz singular.

Se no presente caso, pretende o Impetrante seja concedida a ordem para que seja substituída a pena

HC 130717 / SP

privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, claro está que o presente writ não é a via adequada para solucionar tal questão, pois não constitui sucedâneo da Apelação, prevista em Lei.

Com isso, resta evidente a ausência de interesse de agir do Impetrante, na modalidade de adequação, vez que para o caso sub examine há expressa previsão em lei de recurso específico, não sendo possível, assim, admitir o presente mandamus como substitutivo do recurso cabível.

2. No que se refere ao pleito de apelo em liberdade, insta salientar que foi impetrado em favor do Paciente o Habeas Corpus nº 2127758-40.2014.8.26.0000, julgado em Sessão realizada aos 14.10.2014, no qual proferi no Voto nº 19072, acolhido por unanimidade, nos seguintes termos:

(...)

1. A pretensão do Impetrante de análise das provas no que diz respeito à autoria do crime, o que ensejaria o trancamento da ação penal, não comporta conhecimento, afinal a via estreita desta ação penal constitucional, no particular, não autoriza avaliação aprofundada do conjunto probatório, cabendo apenas ao Juízo de conhecimento fazê-la no momento oportuno.

(...)

Ante todo o exposto, NÃO CONHEÇO da impetração quanto a matéria fática apresentada e, quanto a questão exclusivamente de Direito, DENEGO a presente ordem de 'habeas corpus', impetrada em benefício de TARCÍSIO LUCIANO CORRÊA, qualificado nos autos, que deve aguardar preso o destino da Ação Penal nº 0005081-52.2014.8.26.0126 Vara Criminal da Comarca de Caraguatatuba, contra ele proposta ..."

Dessa forma, ilógico manter a prisão cautelar de réu durante toda a instrução criminal e, uma vez proferida sentença condenatória acolhendo a pretensão inicial,

HC 130717 / SP

permitir-lhe, agora, que aguarde o julgamento de recurso em liberdade.

Se antes era plenamente justificável a prisão, com maior razão de ser o é agora, pelos mesmos fundamentos.

Por tais fundamentos, não pode mesmo ser concedido ao Paciente a benesse de aguardar o julgamento de recurso em liberdade, por haver vedação expressa em lei nesse sentido.

Por fim, insta consignar que eventual Apelação Criminal interposta pelo Paciente não foi recebida nesta Instância.

Ante o exposto, DENEGO a presente ordem de habeas corpus, devendo o Paciente TARCISIO LUCIANO CORREA, qualificado nos autos, aguardar preso o destino da ação penal nº 0005081-52.2014.8.26.0126 Vara Criminal da Comarca de Caraguatatuba, contra ele proposta. (fls. 19/31).

Por outro lado, com efeito, as Turmas que compõem a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça firmaram entendimento no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso próprio [...]

Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

Mas no caso dos autos, ao menos por ora, não se mostra presente manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, após manifestação ministerial, por ocasião do julgamento definitivo do habeas corpus pelo colegiado.

Indefiro, por isso, a medida liminar.

Neste *habeas corpus*, o impetrante insiste na tese de ilegalidade da fixação de regime mais gravoso para o cumprimento de pena.

HC 130717 / SP

É o relatório, passo a fundamentar e decidir.

O Supremo Tribunal Federal segue, de forma pacífica, a orientação de que não lhe cabe julgar *habeas corpus* de decisão liminar proferida em idêntico remédio constitucional em curso nos tribunais superiores, conforme o enunciado n. 691 da Súmula desta Corte, *verbis*: *[n]ão compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*

In casu, não ressaí teratologia ou flagrante ilegalidade da decisão que negou o pedido de liminar na instância *a quo*. É que o relator utilizou a faculdade prevista na primeira parte do artigo 662 do Código de Processo Penal e requisitou informações à autoridade apontada coatora naquele *writ*.

Ademais, qualquer antecipação desta Corte sobre o mérito do pedido de *habeas corpus* implica supressão de instância, devendo aguardar-se o fim da tramitação do pedido no STJ para, se for o caso, interpor-se o **recurso** cabível.

Ex positis, **nego seguimento** ao pedido de *habeas corpus*, por ser manifestamente incabível, nos termos dos artigos 38 da Lei 8.038/1990 e 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. Julgo prejudicado o exame da medida cautelar.

Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Int..

Brasília, 8 de outubro de 2015.

Ministro LUIZ FUX

Relator

Documento assinado digitalmente